

O CONGRESSO QUER MUDAR ESTA IMAGEM

"A perdurar essa imagem do Congresso, a renovação nas eleições de 86 pode ser de 70 por cento, porque os deputados estarão desmoralizados se não levantarem a cabeça." Essa frase, do deputado Ayrton Soares (PMDB-SP), foi uma das muitas ouvidas ontem no Congresso, que passou o dia discutindo as críticas feitas ultimamente pela imprensa à ausência remunerada dos parlamentares.

O sentimento dominante no Congresso é de incerteza quanto ao futuro. Vários deputados condenaram a exposição de seus procedimentos ao público, vendo no noticiário da imprensa interesses inconfessáveis. Foi o caso do senador Fábio Lucena (PMDB-AM), para quem "o Congresso vem sendo agredido de dia e de noite por uma campanha espúria lançada pela Associação Brasileira de Empresas de Rádio e Televisão (Abert), em represália à aprovação, pelo Legislativo, de projeto de propaganda gratuita das eleições pelo rádio e a televisão". Lucena sugeriu ao presidente do Senado, José Fragelli, que peça sobretudo à Rede Globo o direito de resposta "para defender o Congresso das torpes agressões lançadas sexta-feira passada contra a instituição".

No debate suscitado pelo pronunciamento, o senador César Cals (PDS-CE) disse que os jornalistas encarregados da cobertura política "fazem esses comentários por

encomenda". Mas o senador Luiz Cavalcante (PFL-AL) preferiu a sinceridade e sustentou a inexistência de qualquer campanha da imprensa contra a Casa, aproveitando para reprovar o reduzido comparecimento de parlamentares às sessões plenárias.

Cavalcante notou que a aprovação de um decreto-lei custa Cr\$ 5 bilhões, quando poderia custar apenas Cr\$ 500 milhões. "Mesmo correndo o risco de ser a ovelha negra do plenário", como definiu, o senador alagoano repetiu que a denúncia do reduzido comparecimento às sessões "não é invencio-nice da imprensa". O senador recordou que a aprovação de decretos-leis é feita geralmente por decurso de prazo, na 10ª sessão de sua entrada em pauta, como obriga a Constituição, quando, se houvesse comparecimento, poderia ser obtida logo na primeira, com um custo dez vezes menor.

Culpa de quem?

Para alguns parlamentares, a onda de denúncias sobre as mazelas da Casa (ausência, deputados "pianistas", trem da alegria do Senado) parte de futuros candidatos à eleição de 88. Haverá muitos candidatos novos, munidos de recursos suficientes (os empresários articulam um **lobby** para eleger representantes seus) para ganhar a eleição e movidos pelo interesse de participar da elaboração da futura Constituição.

Por isso, veteranos parlamentares tentaram explicar a insistência das denúncias de irregularidades como uma tentativa de desprestígio ante o eleitorado para abrir espaço aos candidatos novos, de primeira eleição. Mas o presidente interino da Câmara, Humberto Souto (PFL-MG), alertou: há o risco de se acabar com o poder civil se essa "campanha" da imprensa continuar, "porque estamos diante de uma geração deformada por 21 anos de autoritarismo e que constitui campo propício a tais mensagens".

Para Genebaldo Correia (PMDB-BA), que foi apoiado em apartes por deputados do PMDB, PDS, PFL e PDT, a culpa é do regimento interno da Casa, "elaborado no período do autoritarismo justamente para esvaziar o Congresso. O deputado pode ficar em casa ou no seu Estado que as lideranças partidárias resolvem tudo por ele". Por isso, Genebaldo pregou mudanças no sistema do voto de liderança, assim como a marcação de votações em semanas alternadas.

Os deputados, de acordo com a idéia, se concentrariam em Brasília na terça, quarta e quinta-feira a cada duas semanas, de modo a acelerar a votação de projetos e, também, permitir-lhes viajar a seus Estados para contatos com as bases — outro ponto apontado por vários parlamentares como obrigatório e indispensável.

Houve quem, como o líder do governo na Câmara, Pimenta da Veiga, observasse que o trabalho do parlamentar não se limita à presença no plenário. "No Brasil e em qualquer Parlamento do mundo há o trabalho das comissões, o trabalho junto aos ministérios e repartições do governo, o trabalho político-partidário junto às bases. Nós reconhecemos as falhas no funcionamento do Parlamento, mas a campanha que está sendo feita contra o Legislativo não serve à democracia, não serve ao Congresso, não serve ao País nem à imprensa."

O único aparteante a defender as punições para os faltosos foi Gastone Righi, do PTB: "Não se comprehende que sejam pagos aqueles que não comparecem às sessões". Righi disse que seu partido já sugeriu alterações no regimento interno, para valorizar o trabalho das comissões técnicas e para modificar o voto de liderança.

É certo que muitos parlamentares estão assustados com a renovação que ocorrerá em 88 — a tal ponto que o PFL se vai engajar na campanha que a presidência da Câmara pretende fazer junto aos órgãos de imprensa para melhorar a imagem do Congresso. Alguns parlamentares previram que a renovação será de até 70% — quando nos Estados Unidos, como disse José Thomaz Nonô (PFL-AL), esse índice é de 9%.